

Antecipação de medidas pode provocar demissões

por Marcos Magalhães
de Brasília

O anúncio antecipado de que o presidente eleito Fernando Collor pretende aumentar para três ou seis meses o prazo do aviso prévio pode levar as empresas a promover o enxugamento de seu pessoal antes da mudança de governo. O temor é do presidente da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), que espera colocar em votação, já no início do ano legislativo, os projetos de lei destinados a regulamentar o preceito constitucional que vincula o aviso prévio ao tempo de serviço do empregado.

"Estão dando a senha para uma demissão em massa", interpreta Caó. Na sua opinião, o presidente eleito procura alertar os empresários para as regras mais duras sobre dispensa de empregados, que virão após a sua posse. Dessa maneira, avalia o deputa-

do, os patrões poderiam promover uma onda de demissões antes — de 15 de março.

Como o Congresso Nacional está em recesso, os parlamentares terão apenas um mês de 15 de fevereiro, quando voltam a trabalhar, a 15 de março — para tentar se antecipar às iniciativas de Collor. As prioridades da Comissão de Trabalho da Câmara serão para a regulamentação do aviso prévio proporcional e para os projetos que determinam a participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas, como prevê a Constituição.

A tramitação dessas iniciativas, no entanto, pode demorar, a não ser que se estabeleça um acordo político para aprová-las. Carlos Alberto Caó lembra que a Comissão de Trabalho já aprovou um projeto que regula a proteção do emprego contra a despedida arbitrária, mas até hoje não se obteve consenso.